



SUBSTITUTIVO Garibaldi Alves já apresentou a nova versão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, cuja votação deve começar terça-feira na Comissão Mista de Orçamento

Nova proposta da LDO impede corte de recursos nos programas sociais

Ficam preservados do contingenciamento de verbas 40 programas governamentais relativos ao chamado “choque social”, entre os quais estão Bolsa-Família, Brasil Alfabetizado, reforma agrária, erradicação do trabalho infantil, saneamento e habitação de interesse social

Página 3

Jonas: ministério não tem dinheiro para fazer cinturão contra a aftosa

O senador Jonas Pinheiro denunciou em Plenário que ouviu do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que o ministério “não tem nem mesmo 1 milhão de reais” para ajudar os estados que fazem fronteira com o Pará a implantarem um cinturão de defesa do foco de aftosa que surgiu no município paraense de Monte Alegre. As barreiras fitossanitárias nas estradas poderiam ser montadas com R\$ 2 milhões – os estados limítrofes entrariam com a metade. O senador João Capiberibe exigiu, também em Plenário, esclarecimento da responsabilidade pelo embargo da soja brasileira na China.

Página 7



RELATÓRIO Raupp (na foto, com o senador Jonas Pinheiro) apresenta os principais pontos de seu substitutivo e afirma que as PPPs suprem a ausência de recursos estatais

Parcerias público-privadas podem ter órgão gestor

A criação de órgão gestor para definir áreas, obras e serviços a serem executados por meio das parcerias público-privadas (PPPs) é um dos pontos do relatório do senador Valdir Raupp sobre esse

mecanismo de financiamento dos empreendimentos de infra-estrutura. Ele comentou novidades que pretende introduzir nas PPPs, que devem ser votadas na próxima semana pelo Senado.

Página 5

Paim e Tebet cobram votação da PEC paralela sobre Previdência

A suspensão da votação de matérias de interesse do governo no Senado até que a Câmara dos Deputados decida sobre a chamada PEC paralela da Previdência foi defendida ontem pelo senador Paulo Paim. Ele lembrou que há seis meses o Executivo convocou o Congresso, no recesso de início de ano, para votar a PEC que restitui aos servidores públicos alguns benefícios retirados pela reforma da Previdência. O senador Ramez Tebet também cobrou dos deputados a votação da proposta. Ele lembrou que a PEC foi aprovada por unanimidade no Senado, com aval dos partidos políticos e do governo federal.

Página 4



PREOCUPAÇÃO Para Tião Viana, crime é uma "tragédia do ponto de vista ético e moral"

Tião Viana elogia operação contra fraude no vestibular

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou a ação da Procuradoria Geral da República e da Polícia Federal no seu estado na operação que investigou fraudes praticadas nos vestibulares realizados por universidades públicas. De acordo com o parlamentar, no vestibular de 2002, 21 das 40 vagas oferecidas no curso de Medicina foram conquistadas mediante fraude.

– Começou-se a observar um movimento dentro do curso de Medicina da Universidade Federal do meu estado. A Polícia Federal e o Ministério Público, através do seu procurador Marcus Vinicius Neves, foram devidamente informados. O resultado é a constatação de que mais de oito estados brasileiros estão envolvidos em fraudes no vestibular – disse.

Tião Viana definiu o crime como uma "tragédia do ponto de vista ético e moral, e seguramente uma ferida para a imagem de credibilidade que as instituições federais de ensino têm no nosso país". Ele acrescentou que as fraudes alcançam universidades em São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro.

Congresso deve apoiar o cooperativismo, diz Serys

■ Senadora defende aprovação de projeto de sua autoria que destina verba do FAT a bancos cooperativos

A senadora Serys Shessarenko (PT-MT) disse que o Congresso deve colaborar para o fortalecimento do cooperativismo, seja modificando a legislação vigente, seja criando outras normas. Em discurso, ela pediu ontem a aprovação de projeto de sua autoria que destina parcela do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a bancos cooperativos (PLS 320/03).

A senadora informou sobre a



Fotos: Roosevelt Pinheiro

ELEIÇÕES Serys também relatou realização de convenção do PT em Cuiabá, na quarta-feira

abertura, na quarta-feira passada em Cuiabá, do V Congresso Brasileiro para o Cooperativismo de Crédito. O ministro da

Agricultura, Roberto Rodrigues, participou do evento, de iniciativa do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e presidido em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul por Jandir Giroto.

Serys mencionou o café da manhã promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que reuniu a frente de cooperativismo do Congresso, o ministro da Agricultura, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e vários parlamentares.

Ela relatou ainda a convenção do PT em Cuiabá que oficializou a coligação do partido com o PL e o PCdoB e aprovou a candidatura de Alexandre César à prefeitura da cidade.



COMPROMISSO Reativação imediata da superintendência foi cobrada por Aelton Freitas

Aelton defende Sudene com mais municípios mineiros

Ao defender a reativação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e lembrar que o presidente Lula assumiu esse compromisso no início do seu mandato, o senador Aelton Freitas (PL-MG) pediu o apoio dos parlamentares para projeto de sua autoria que inclui, no âmbito da Sudene, 125 municípios de Minas Gerais localizados nos vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Na avaliação de Aelton, é um equívoco que apenas 40 municípios do norte de Minas sejam reconhecidos como integrantes da Sudene. A atual delimitação, acrescentou ele, não leva em conta fatores climáticos e socioeconômicos que caracterizam o semi-árido, o que acarreta distorções no tratamento legal conferido a municípios vizinhos que compartilham de condições similares.

– Os vales do Jequitinhonha e Mucuri, assim como o norte de Minas e a Região Nordeste do país, anseiam por uma Sudene forte, mas também esperam justiça na delimitação das regiões carentes a serem atendidas. É por isso que vamos lutar, contando certamente com o apoio do ilustre vice-presidente José Alencar, que tem raízes profundas no norte de Minas Gerais – declarou Aelton.

Prejuízos

Para o senador, a Sudene, se bem administrada, tem condições de impulsionar o desenvolvimento social e humano no Nordeste e no norte de Minas. Levantamento da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros (MG) apurou, conforme Aelton, que o norte de Minas deixou de faturar R\$ 100 milhões que seriam gerados por investimentos industriais e agrícolas em virtude da demora do governo federal em recriar a Sudene.

Agenda

Senado realiza sessão plenária não deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, é não deliberativa, ou seja, sem votação de projetos. Na segunda-feira, às 14h30, o Plenário também realiza sessão dedicada a discursos de parlamentares. Os senadores retomam, na terça-feira, a discussão das emendas apresentadas ao projeto da nova Lei de Falências (PLC 71/03).

Mapas históricos e obras de Athos Bulcão

Continua até o dia 1º de agosto no Salão Negro do Congresso a exposição *Tesouro dos Mapas – A Cartografia na Formação do Brasil*, que fica aberta ao público de terça a sexta, das 9h30 às 17h30, e aos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h. No Gabinete de Arte, espaço cultural da Presidência da Câmara, estão expostas, até o dia 11 de julho, obras de Athos Bulcão.



Moacyr Scliar na TV Senado

O programa *Leituras*, que vai ao ar pela TV Senado aos sábados às 9h30 e às 20h, entrevista amanhã o escritor Moacyr Scliar, que fala sobre o seu recente trabalho, o livro *Mãe Judia, 1964*, da coleção *Vozes do Golpe*, lançado em março.

Visite o Senado Federal

O programa Visite o Senado realiza passeio pela Casa com acompanhamento de guias especializados. Os grupos saem de hora em hora do Salão Negro – nos dias úteis entre 9h30 e 16h30, e aos sábados, domingos e feriados entre 10h e 14h.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Shessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Genildo Magêlo

EXEMPLO Ideli elogia sistema de integração adotado na cidade de São Paulo

Ideli comenta protesto em Florianópolis contra reajuste

Os protestos da população de Florianópolis (SC) contra o reajuste de 15% na tarifa do transporte coletivo, nesta semana, levaram a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) a propor uma reflexão sobre o assunto pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Segundo observou, a repercussão dos sucessivos aumentos de passagens de ônibus urbanos sobre o orçamento familiar é preocupante.

No caso de Florianópolis, Ideli lembrou que a população já havia se manifestado, recentemente, contra mudanças no transporte urbano. As queixas começaram, conforme adiantou, com a implantação do sistema integrado, que teria resultado no aumento "considerável" dos valores das passagens e na duração das viagens.

De acordo com a senadora, a integração do transporte na capital catarinense não interliga a ilha aos municípios do continente e não adota o sistema de bilhete único, variando o preço da passagem em função da área de deslocamento. No trecho mais distante, de 32 quilômetros, o valor cobrado é de R\$ 3.

– Isso dá um gasto de mais de meio salário mínimo por mês.

Ideli citou como exemplo a ser seguido o sistema de integração adotado em São Paulo, em que vigora o bilhete único e se cobram R\$ 1,70 por qualquer deslocamento na cidade.

Citando a *Folha de S. Paulo*, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que 81% dos paulistanos não só usam, como aprovam a iniciativa.

Ideli ainda defendeu mudanças no Regimento Interno do Senado para que haja o apensamento automático de matérias correlatas em tramitação na Casa.

Relator Garibaldi Alves entrega proposta, que deverá ter votação concluída pelo Congresso no dia 8

O processo de votação do substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) começa na próxima terça-feira pela manhã, com reunião do colégio de líderes dos partidos com assento na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A votação deverá ser concluída na quarta-feira, para que a LDO seja votada no Congresso no dia seguinte (8). A nova versão do relatório da LDO já foi entregue à comissão pelo relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

A principal mudança feita por Garibaldi foi na definição dos programas prioritários do governo que não poderão ser contingenciados. Ficaram fora do repasse de recursos cerca de 40 ações relativas ao chamado "choque social", onde estão incluídos os programas sociais mais importantes como o Bolsa-Família, o Brasil Alfabetizado, a reforma agrária, a erradicação do trabalho infantil, saneamento urbano e rural, habitação de interesse social, recuperação e construção de

Senadores com emendas aprovadas	
Parlamentar	Emendas acatadas
Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)	1
Lúcia Vânia (PSDB-GO)	4
Maria do Carmo Alves (PFL-SE)	2
Paulo Elifas (PMDB-RO)	1
Romero Jucá (PMDB-RR)	1
Romeu Tuma (PFL-SP)	2
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	17

Fonte: Comissão Mista de Orçamento (emendas que foram apreciadas pelo relator)

barragens, cisternas, açudes e poços artesianos.

Mas os projetos de infraestrutura como os investimentos em estradas, portos, energia, entre outros constantes da seção II do anexo de metas e prioridades da LDO, voltaram a compor a listagem que pode ser contingenciada. Essa mudança agradou à área econômica do governo, que já sinalizou ao relator sua disposição de cumprir o orçamento dos programas do "choque social".

No entanto, quatro projetos da área de segurança (Fundo Nacional de Segurança Pública, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional Antidrogas e Fundo para Aparelhamento e



Genildo Magêlo

PRIORIDADE Garibaldi quer impedir contingenciamento de verbas de 40 ações sociais

Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal), que o relator excluiu do contingenciamento oficial a pedido do senador Romeu Tuma

Brasil vai assumir a presidência do Mercosul

A representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul promoveu ontem a primeira reunião com representantes do Grupo Mercado Comum, órgão do Executivo brasileiro composto por integrantes de todos os ministérios que estão promovendo as negociações no âmbito do bloco econômico. O objetivo do encontro, segundo o presidente da representação, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), é mostrar a disposição do Parlamento de atuar como aliado do governo nas negociações com o bloco, tendo em vista que, no próximo dia 8, o Brasil assumirá a presidência temporária do Mercosul, função que exercerá até dezembro deste ano.

Além disso, destacou Dr. Rosinha, a reunião buscou fa-

zer com que todos os negociadores do Mercosul se conhecessem para facilitar os trabalhos que têm sido realizados de forma segmentada, conforme observou.

Presente ao encontro, o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, afirmou que a reunião é importante para criar uma base política comum para que cada técnico, na sua área específica, possa conduzir os trabalhos orientado por uma política geral, criando, desse modo, um ambiente de reflexão conjunta. João Paulo ressaltou que a presidência brasileira do Mercosul, a partir da próxima semana, servirá para corroborar a política adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de inserir o Brasil no mun-



José Cruz

EXPECTATIVA João Paulo diz, na primeira reunião do Grupo Mercado Comum, que Mercosul pode assumir papel de destaque no mundo

do de forma alta.

O presidente da Câmara disse acreditar também que o Mercosul é saída política importante para dar "musculatura" aos países integrantes do bloco na discussão sobre a integração do continente e nas demais negociações internacionais. Sob a presidência de Lula, João Paulo destacou que o Mercosul poderá assumir papel de destaque no mundo de

(PFL-SP) e outros parlamentares ligados a essa área, ainda não foram discutidos com o governo.

Salário mínimo

O reajuste real do salário mínimo para 2005, com base na variação do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, estimado em 3,5%, foi mantido pelo relator, apesar de toda a polêmica que promete gerar durante a votação da LDO. Garibaldi manteve ainda, mesmo com a discordância da área econômica do governo, a definição da aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Com essa providência estão assegurados 54% dos recursos da Cide para aplicação obrigatória na recuperação e construção de rodovias federais. Esse dinheiro não poderá compor a reserva de contingência do orçamento federal usada para o superávit primário (receitas menos despesas, excluído o pagamento dos juros da dívida pública). O governo também não concordou com a autorização prevista no substitutivo para que a área econômica possa alterar a meta do superávit primário, de 4,25% do PIB, se for fechada negociação com o Fundo Monetário Internacional para excluir os investimentos das estatais desse cálculo.

Paim cobra votação da PEC paralela da Previdência

■ Ele propõe que Senado suspenda votações de projetos do governo até que a Câmara examine a proposta

O senador Paulo Paim (PT-RS) propôs que os senadores suspendam as votações de matérias de interesse do governo até que a Câmara dos Deputados vote a PEC paralela da Previdência Social, que restituiu alguns benefícios dos servidores públicos retirados pela reforma previdenciária.

– Há seis meses o Congresso foi convocado no recesso de início de ano para votar a emenda paralela. Uma parte dos senadores só aprovou pouco antes a reforma da Previdência por causa da promessa do governo de aprovar a paralela. As relações entre o governo e as duas Casas do Congresso não podem se pautar por promes-



PROMESSA Paulo Paim diz que houve entendimento para aprovação da emenda paralela

sas não cumpridas.

Paim lembrou que, recentemente, os presidentes do Senado e da Câmara se reuniram com o relator da emenda paralela na Câmara e com o relator da reforma da Previdência no Senado. Foi decidido, informou ele, que a matéria seria votada pelos deputados. Como o acordo não foi cumprido, disse, as pessoas que têm se aposenta-

do no serviço público desde janeiro, ou se tornaram pensionistas, não têm garantia de reajustes iguais aos que estão na ativa. Além disso, ressaltou, aposentados e pensionistas com doenças incapacitantes estão pagando os 11% de contribuição previdenciária sobre valores acima de aproximadamente R\$ 1.500, quando a emenda paralela prevê a cobrança apenas sobre o que passar de cerca de R\$ 5 mil.

– Quando o Congresso quis, a PEC dos Vereadores foi discutida e votada em menos de um mês. Já a emenda paralela, que interessa a milhões de servidores públicos, está praticamente parada na Câmara.

Paulo Paim foi apoiado em apartes pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que conclamou os deputados a votarem, “contra ou a favor da emenda paralela, mas que não se omitam”.

Mesmo que mude a proposta, decisão deve sair logo, diz Tebet

Em apelo à Câmara, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu que os deputados votem logo a proposta paralela de emenda à Constituição que modifica a reforma previdenciária para reduzir as perdas dos servidores públicos mais antigos, que estejam próximos da aposentadoria. A PEC precisa ser votada, insistiu, mesmo que os deputados a mudem, o que levaria a proposta a ser submetida novamente ao Senado.

– Ao voltar às minhas bases, em Mato Grosso do Sul, na próxima semana, como dizer aos eleitores que, no Congresso brasileiro, acordo político é de mentirinha, de brincadeira? Todos se lembram que a PEC paralela foi aprovada por unanimidade no Senado, com o

aval dos partidos políticos, mas principalmente do governo.

Segundo Tebet, para merecer o respeito popular, o Congresso precisa cumprir acordos, que, disse, representam a essência da democracia. “Um Parlamento somente é livre se cumpre a palavra empenhada.” No caso da PEC paralela, ressaltou, até mesmo a credibilidade do governo está arranhada, porque “o acordo partidário foi sacramentado publicamente”.

Tebet lembrou que a PEC paralela cria uma regra de transição “menos draconiana” que a proposta original, restabelecendo a paridade entre servidores da ativa e aposentados, para impedir que, com o passar dos anos, as aposentadorias percam poder aquisitivo, como acontecia antes da Constitui-



CUIDADO Segundo Tebet, Congresso precisa cumprir acordo para merecer respeito

ção de 1988.

O senador destacou ainda a relevância da criação do Conselho de Fiscalização Previdenciária, para acompanhar as contas do sistema, impedindo que o dinheiro da Previdência “seja usado para tudo”, até mesmo para pagamento de juros da dívida pública, enfatizou.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) reafirmou que o próprio presidente Lula participou dos entendimentos para a aprovação da PEC paralela.



RESULTADOS Para Suassuna, medidas amargas na economia começam a render frutos

Suassuna faz balanço positivo do governo e do Congresso

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez ontem balanço da atuação do governo e do Congresso nos últimos doze meses. Segundo ele, o governo pagou um alto preço político por medidas amargas, como o pequeno aumento do salário mínimo, “mas começa a colher os frutos de uma política econômica realista”. E o Congresso, apesar da “falta de sincronia entre o Senado e a Câmara dos Deputados”, votou matérias importantes, como a reforma da Previdência, afirmou.

Suassuna observou que a política da administração Luiz Inácio Lula da Silva está inse-

rida no contexto da globalização econômica, na qual “não há muita opção”. O presidente procurou, entretanto, expandir o comércio exterior. Embora tenha sido acusado de “fazer turismo” em suas viagens ao exterior, Lula praticou, conforme Suassuna, o mesmo que Fernando Henrique Cardoso.

– O presidente não buscou fazer milagres. Está inclusive enfrentando queda na popularidade, mesmo tendo o desejo de dobrar o salário mínimo – afirmou.

Sobre o Congresso, Suassuna lembrou que, além da reforma previdenciária, foram definidas regras para a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e está no final a reforma do Judiciário. Ele destacou também que foram aprovadas modificações importantes nas regras de investimento no setor elétrico e pode ser votado logo o projeto da Lei de Biossegurança.

Conforme o senador da Paraíba, em todas as ocasiões o PMDB esteve presente com a maioria de seus membros, apoiando as propostas de Lula. Suassuna fez questão, porém, de reclamar do governo a efetivação das agências criadas para substituir as superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam).

Suplicy resalta compromisso de Brizola com a soberania

Por estar cumprindo missão no exterior quando o Plenário do Senado prestou homenagem ao ex-presidente do PDT, Leonel Brizola, morto no dia 21 de junho, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem seu sentimento de pesar aos familiares e correligionários do líder político. Classificando o ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro como uma das mais importantes lideranças da história brasileira, Suplicy lembrou os primeiros encontros entre Luiz Inácio Lula da Silva e Brizola ocorridos em sua casa, em São Paulo, logo após a volta do exílio que foi imposto ao líder trabalhista pelo regime militar.

– Sempre tivemos um relacionamento de fraternidade e de respeito. Na época, Brizola ressaltava a importância da união pela defesa da democracia e das eleições diretas para presi-



PASSADO Eduardo Suplicy lembra os primeiros encontros de Lula com o líder trabalhista

dente da República.

As duras críticas feitas por Brizola ao governo e ao presidente Lula também foram abordadas pelo senador. Para Suplicy, quando Brizola criticava Lula, a intenção era defender o interesse público e a soberania do Brasil.

Suplicy também leu trechos do pronunciamento feito por Brizola durante a Cadeia da Legalidade, a partir do Palácio Piratini, em Porto Alegre, por meio da Rádio Guaíba. A iniciativa de Brizola evitou que o golpe militar ocorresse em 1961 e garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República, observou o senador.

Emenda está na Câmara desde janeiro

A PEC paralela chegou à Câmara dos Deputados em janeiro deste ano, após acordo entre senadores e governo, em dezembro de 2003, que desmembrou em duas propostas o texto original, que tratava da reforma da Previdência. A primeira já foi aprovada e hoje é a Emenda Constitucional 41. A ou-

tra foi transformada na PEC paralela, e tramita com o número 227/04. A matéria já passou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e desde maio está pronta para ser votada em Plenário.

Desde então, a obstrução da pauta por medidas provisórias (MPs) atrasou a votação da PEC paralela.

Além disso, há discordância entre os deputados sobre dois pontos: o subteto para servidores públicos nos estados e municípios e o piso salarial dos governadores. Na próxima semana a matéria poderá ser examinada, desde que os deputados votem seis MPs que trancam a ordem do dia.

Raupp apresenta relatório ao projeto de lei das PPPs

Relator na CAE, senador propõe a criação de órgão gestor para decidir sobre contratos de obras e serviços

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPPs), apresentou ontem ao Plenário as linhas gerais do seu relatório, que inclui a criação de um órgão gestor para definir as áreas, as obras e os serviços a serem executados por meio das PPPs, além de fixar procedimentos, autorizar licitações e homologar contratos. O órgão terá um representante do Ministério do Planejamento, um do Ministério da Fazenda e um da Casa Civil.

Raupp explicou que as PPPs são relevantes ao país porque o Estado perdeu a capacidade de investir, principalmente em infra-estrutura, por isso precisa atrair investimentos da iniciativa privada. O projeto (PLC 10/04) foi enviado pelo governo ao Congresso no dia 19 de novembro de 2003. Aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 17 de março deste ano, che-



RELEVÂNCIA Para Raupp, projeto permite ao Estado captar mais investimentos privados

gou ao Senado no dia 24 de março e foi acolhido na CAE no dia 18 de maio. Deve agora ser votado no Plenário.

O senador esclareceu que os contratos entre as empresas privadas e o Estado terão duração de cinco a 45 anos, e valor mínimo de R\$ 20 milhões. Deverão ainda ter transparência, eficiência, responsabilidade fiscal, repartição de riscos e sustentabilidade financeira comprovada. Os bens e imóveis necessários à execução da obra serão considerados de utilidade pública, e, se houver necessidade de pagamento de desapropriações, a responsabilidade caberá ao parceiro privado.

Os contratos não podem pre-

ver apenas fornecimento de mão-de-obra, para que não se tornem meros acordos de terceirização de pessoal. As cláusulas de atualização de valores nos contratos serão aplicadas automaticamente, nos prazos e condições estabelecidos. Ao fim do contrato, ou caso ele seja interrompido antes do término, as obras públicas e bens imóveis resultantes do compromisso passarão a ser propriedade estatal. As sociedades formadas para a execução de obras ou serviços poderão ser sociedades anônimas, mas terão contabilidade e demonstração financeira padronizadas, com regras a serem definidas pelo governo.

Seleção

As licitações poderão ser feitas por envelopes fechados, lances em viva-voz, ou ambos. O critério será o menor preço. A execução financeira no setor público dará preferência às PPPs sobre os outros tipos de obra, assim como as contraprestações de verba terão preferência sobre as obras realizadas com base na Lei de Licitações, de 1993. Um fundo fiduciário será criado para dar a garantia financeira necessária às obras ou serviços com base nas PPPs.

Projeto estabelece garantias para investidores

O cerne do projeto de lei que institui no país as parcerias público-privadas (PPPs) é a garantia que será dada pelo governo de uma rentabilidade mínima para os investidores que se dispuserem a aplicar recursos em obras públicas. Por conta disso, a proposta incorpora duas medidas consideradas importantes pelas empresas privadas.

A primeira é a chamada "precedência orçamentária". Por esse mecanismo, os custos decorrentes de contratos de PPPs, assinados entre o Estado e investidores privados, serão obrigatoriamente incluídos nos orçamentos estatais. Assim, o governo garante, de antemão, a liberação da sua parte no empreendimento.

A outra medida é a criação de um fundo fiduciário, que servirá como seguro para o caso de o Estado não honrar compromisso assumido no contrato. As duas medidas foram cobradas por entidades empresariais durante a discussão da matéria na Câmara e no Senado.



EVOLUÇÃO Recuperação judicial prevista na lei foi um dos itens ressaltados por Paulo Octávio

Paulo Octávio destaca avanços com a nova Lei de Falências

Ao defender a aprovação do projeto da nova Lei de Falências, ou Lei de Recuperação das Empresas, em exame no Senado, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse ontem que o principal avanço promovido pela proposta (PLC 71/03) está na extinção da concordata. Em seu lugar, passam a vigorar a recuperação judicial e a extrajudicial, procedimentos que tentam evitar a falência da empresa, com regras que preservam a sua existência, explicou.

De acordo com o parlamentar, na recuperação extrajudicial, o devedor chega a um acordo diretamente com os credores, em torno de um plano de soerguimento da empresa, sem

a intermediação do Poder Judiciário. Já no caso da recuperação judicial, o empresário devedor apresenta o plano ao juiz, que o submeterá a uma assembleia de credores. Somente se todas as propostas de recuperação forem rejeitadas é que o juiz decretará a falência.

Por esse sistema, comentou Paulo Octávio, a empresa pode continuar operando e é criada uma chance para que ela tente se recuperar e não encerre as suas atividades. O senador apresentou dados do Instituto Brasileiro de Gestão e Turnaround (IBGT) atestando que 90% das empresas que fecharam as portas em 2002 em São Paulo teriam chances reais de sobrevivência caso a nova Lei de Falências já tivesse sido aprovada.

Em apartes, os senadores Ney Suassuna (PB) e Leomar Quintanilha (TO), ambos do PMDB, se associaram ao discurso proferido por Paulo Octávio, destacando a importância da proposta para o fortalecimento das empresas.

Fecomércio

Ainda em seu pronunciamento, o senador Paulo Octávio registrou que seu suplente, Adelmir Santana, foi reeleito para a presidência da Federação do Comércio do Distrito Federal (Fecomércio). A cerimônia de posse do empresário contou com a presença de 1.500 médios e pequenos empresários, completou ele.

Marcos Guerra aponta voracidade do fisco

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) considerou como mais uma investida do fisco sobre o povo brasileiro as informações de que a Receita Federal realizou em maio arrecadação recorde de R\$ 15,97 bilhões. Esse montante representa crescimento real de 10,21%, em relação ao total arrecadado em maio do ano passado, descontada a inflação.

Mencionando dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), Marcos Guerra disse que a carga tributária brasileira deverá fechar o ano com um acréscimo de dois pontos percentuais sobre o ano anterior, estimando-se, para 2004, comparativamente a 2003, uma arrecadação extraordinária de R\$ 35 bilhões.

De acordo com o parlamentar, caso essas projeções se concretizem, a carga tributária



ERRO Brasil reafirma posição de maior cobrador de impostos do mundo, diz Marcos Guerra

incidirá ainda mais fortemente sobre o produto interno bruto, reafirmando, "de forma vergonhosa", a posição do Brasil como maior cobrador de impostos perante os demais países do mundo.

Referindo-se às explicações do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que admitiu uma revisão da tributação, Marcos Guerra enfatizou que o governo não só pode, como deve adotar essa medida. Mas ele se disse desconfiado.

– Minha grande dúvida é se o governo o fará, se a tributação será revista caso o aumento da Cofins se mantiver – disse.

Augusto quer campanha sobre riscos de dirigir após o consumo de álcool

A medida, afirmou, vai salvar a vida de muitos brasileiros que podem morrer em acidentes de trânsito

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) sugeriu a união da sociedade brasileira para pressionar o governo a tomar medidas que aprofundem a conscientização sobre os malefícios de dirigir após o consumo de álcool. Para ele, a medida poderá salvar muitos brasileiros hoje saudáveis que poderão ser mutilados ou morrer prematuramente em decorrência de acidente de trânsito provocado pelo ex-

cesso de bebida alcoólica.

Augusto Botelho ressaltou que autoridades de todo o mundo estão se voltando para o problema, e que medidas começam a ser tomadas em alguns países, como redução da taxa de álcool permitida no sangue durante a condução de veículos, aumento da idade legal para consumo alcoólico, maior taxação das bebidas e punição para proprietários de estabelecimentos que vendem bebidas para motoristas ou pessoas já embriagadas.

—A sociedade brasileira parece ter consciência do risco que representa a associação entre a direção de veículos e o consumo de bebidas alcoólicas. Entretanto, temos sido omissos ou



MOBILIZAÇÃO Segundo Augusto, ações preventivas são quase sempre eventuais no país

complacentes em relação a essa prática, que é culturalmente aceita. As ações preventivas são quase sempre eventuais, isto é,

são desencadeadas em períodos de maior consumo, como o carnaval ou as festas de fim de ano — afirmou.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu que seja acelerada a tramitação de projeto, do qual é relator, que trata da publicidade das bebidas alcoólicas e define o horário para a veiculação de propaganda, sobretudo para evitar que crianças e adolescentes sejam influenciados. Também em aparte, o senador Paulo Elifas (PMDB-RO) cobrou do governo que seja dado à bebida alcoólica o mesmo tratamento dispensado ao cigarro. Ele lembrou que o álcool provoca gastos públicos mais elevados que o tabagismo.



PREOCUPAÇÃO Tião Viana discutiu ontem com Yohei Sasakawa, presidente da Nippon Foundation, situação da hanseníase no mundo

Embaixador da OMS pede ações contra a hanseníase

Em visita ao senador Tião Viana (PT-AC), na manhã de ontem, o presidente da organização não-governamental (ONG) Nippon Foundation, Yohei Sasakawa, pediu que o país se empenhe na luta contra a discriminação das vítimas da hanseníase, que, lembrou, é uma doença curável e pode ser tratada com medicamentos gratuitos.

Embaixador da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a eliminação da hanseníase, Sasakawa propõe que o governo brasileiro “levante sua voz” nos foros internacionais para qualificar como questão de direitos humanos a discriminação existente em diversos países contra as vítimas da doença. A ONG que ele preside distribui medicamentos em países com alto índice de hanseníase.

Tião Viana disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já tomou a decisão de lutar pela erradicação do problema até 2005. Para isso, afirmou, será necessária “ação firme de comunicação” nos 200 municípios que ainda apresentam situação preocupante em relação à doença.

—Por meio de ação coordenada dos prefeitos, Ministério da Saúde e sociedade organizada, alcançaremos com segurança os resultados planejados — ressaltou ele.

O senador sugeriu a Sasakawa que preste homenagens a pessoas que têm se destacado na campanha pela erradicação da hanseníase, como o presidente das Organizações Globo, João Roberto Marinho, o cantor Ney Matogrosso e o missionário irlandês William Woods.

Senado discute tecnologia do processamento de fala

Teve início ontem o Seminário Prodasen de Aplicações das Tecnologias de Processamento de Fala, iniciativa da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen) e do Genius Instituto de Tecnologia. O evento, que visa apresentar as tecnologias de processamento de fala e seu potencial de aplicação nos trabalhos da Casa, teve a presença de Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do Senado.

Na abertura, Paim reforçou a importância da tecnologia e ressaltou a “grande alegria” por estar participando do seminário, já que muitas causas defendidas por ele são relacionadas às pessoas com deficiência, que podem ser beneficiadas com a tecnologia.

Ao lado de Paim, abriram o evento o diretor-geral do Sena-

do, Agaciel da Silva Maia; o diretor-executivo do Prodasen, Petrônio Barbosa Lima de Carvalho; o diretor da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis, Victor Guimarães Vieira; e o diretor do Genius Instituto de Tecnologia, Antonio Ribeiro. Agaciel destacou o crescimento tecnológico do Senado, afirmando que o avanço só foi possível devido à capacitação e ao empenho dos servidores e ao apoio da Mesa da Casa.

A primeira palestra, de Cleber Giorgetti, do Genius, discutiu o estado da arte em tecnologias de processamento de fala. A segunda, sobre a importância estratégica da tecnologia para o país, foi ministrada pelo consultor do Prodasen Carlos Magno Santoro. Foram mostrados produtos e plataformas para processamento de fala.



APLICAÇÃO O senador Paim e o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, participam da abertura do seminário, que debate a nova tecnologia



DESVIOS Pavan citou a corrupção descoberta pela Polícia Federal no Ministério da Saúde

Irregularidades minam imagem do governo do PT, diz Pavan

Com base em editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que “a cada dia fica mais claro o envolvimento” de assessores do ministro da Saúde, Humberto Costa, com as irregularidades apuradas pela Polícia Federal na Operação Vampiro. Casos como esse, na opinião de Pavan, “minam a imagem do governo do PT, que, no passado, se dizia defensor da moralidade”.

— O escândalo dos vampiros parece longe de acabar e, a exemplo do caso Waldomiro Diniz (ex-assessor parlamentar da Casa Civil), mostra o vínculo estreito entre os principais acusados e o ministro da Saúde. Foi o próprio ministro que nomeou as pessoas envolvidas no escândalo — ressaltou.

Segundo o editorial do diário paulista, a Polícia Federal já mostrou que Luiz Cláudio Gomes da Silva, responsável pelas compras do Ministério da Saúde, está envolvido nas fraudes em licitações. O acusado teria ligações com Humberto Costa desde a época em que o ministro era secretário de Saúde do Recife.

O senador leu trechos do editorial. “Como no caso do assessor da Casa Civil, colaboradores ligados a um ministro estão sob suspeita. Repetidos casos de corrupção envolvendo pessoas de confiança de ministros da República arranham a imagem de qualquer governo”, diz o texto.

— A imagem do governo petista continua sendo manchada e o partido, que parecia exercer o monopólio da moralidade, está negando, agora, suas bravatas do passado — declarou Leonel Pavan.



Márcia Kolumbe

RAPIDEZ Durante encontro com Marina Silva, Juvêncio da Fonseca reafirmou urgência para a proposta, a fim de evitar edição de MP

Ministra elogia substitutivo ao projeto sobre biossegurança

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, elogiou, durante encontro com o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), aspectos do substitutivo do deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE) ao projeto de lei de Biossegurança, que deverá ser votado pelo Senado na próxima semana. Marina disse ser fundamental para o Brasil ter um “marco legal” definidor dos direitos de consumidores, produtores e pesquisadores, no que diz respeito aos organismos geneticamente modificados.

Ela defendeu ainda a fixação de critérios norteadores das pesquisas, “tanto em campo aberto quanto em confinamento”, e o estabelecimento de prazos para o licenciamento dos produtos quando se tratar de

plântio com finalidade comercial.

Juvêncio da Fonseca, que é presidente da Subcomissão do Meio Ambiente do Senado, reafirmou urgência para a votação da proposta, “uma vez que falta pouco tempo para o início do plantio de uma nova safra”. O parlamentar disse esperar que se evite a edição, pelo governo, de uma medida provisória para regular o assunto.

– O projeto chegou recentemente ao Senado, mas antes disso, as Comissões de Educação e de Assuntos Sociais realizaram audiências públicas sobre o tema, quando foram ouvidos cientistas e especialistas. Agora que a matéria está na Casa, será mais fácil discuti-la e votá-la – declarou o senador.

Jucá defende a qualificação do setor atacadista no país

Romero Jucá (PMDB-RR) pregou uma maior profissionalização do setor atacadista/distribuidor como elemento indispensável para o desenvolvimento da economia brasileira. Na sua opinião, quando esse elo funciona perfeitamente em seu papel de ligação das pontas de produção e consumo, toda sociedade sai ganhando.

A preocupação com a necessidade de se qualificar o setor alcançou um novo patamar com o funcionamento da Escola de Produtividade, coordenada pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad), registrou. O parlamentar enumerou os principais objetivos da escola, como o treinamento e a especialização dos profissionais, o estudo e a disseminação para todo o país das tecnologias e tendências de



Moreira Mariz

VANTAGEM Sociedade tem a ganhar com profissionalização da área, afirma Romero Jucá

mercado, bem como a divulgação das melhores práticas para atacadistas e distribuidores.

Segundo Jucá, o pequeno varejo tem muito a ganhar com a maior oferta de produtos, resultante de um trabalho eficiente do atacadista distribuidor.

– Esse crescimento da lojinha da vizinhança mostra-se econômica e socialmente salutar – frisou o senador.

Faltam recursos para barrar aftosa, diz Jonas Pinheiro

■ Ele afirmou ter ouvido de Roberto Rodrigues que não existe dinheiro para barreira fitossanitária com o Pará

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) denunciou ontem, em Plenário, ter ouvido do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, afirmação de que o ministério “não tem nem mesmo 1 milhão de reais” para ajudar os estados que fazem fronteira com o Pará a implantarem um cinturão de defesa contra o foco de aftosa que surgiu no município paraense de Monte Alegre. As barreiras fitossanitárias nas estradas poderiam ser montadas com R\$ 2 milhões – os estados limítrofes entrariam com a metade.

– Esta é uma situação grave. Vimos há alguns meses o ministro da Agricultura desabafar contra o Ministério do Planejamento, que não liberava as verbas para defesa agropecuária. Nos anos anteriores, essa defesa recebia de R\$ 120 milhões a R\$ 160 milhões por ano. Depois



Roosevelt Pinheiro

REAÇÃO Jonas Pinheiro adverte que não se pode aceitar corte de verba para defesa agropecuária

das reclamações, o Ministério do Planejamento prometeu R\$ 44 milhões, mas até agora nada liberou.

O senador disse que “parece existir no governo gente que não entende a gravidade da situação, pois o agronegócio brasileiro está incomodando os países mais ricos” e uma notícia “como a desse foco de aftosa lá no meio da Amazônia” é pretexto para que proíbam as importações de carnes do Brasil. Informou que, depois de resolvida a situação com a Argentina e com a Rússia, a Irlanda está pedindo à União Européia

que também proíba a carne do Brasil.

Jonas Pinheiro disse também não ser compreensível que a Rússia tenha incluído na proibição a carne produzida por Mato Grosso.

– A verdade é que o foco que surgiu em Monte Alegre fica a 700 quilômetros de Mato Grosso, há uma floresta no meio, além do Rio Amazonas. Esses fatos são suficientes para retirar a proibição da carne de Mato Grosso – ponderou.

Ele informou que existem nove frigoríficos do estado licenciados para exportar para a Rússia e, advertiu, se o governo brasileiro não convencer os russos a mudarem de opinião, a situação para essas empresas “vai ficar dramática”.

– É triste constatar que o Brasil tem sido uma presa fácil no mercado do agronegócio internacional. Bastou uma novilha de Monte Alegre aparecer com aftosa para o mundo desabar sobre a carne vendida pelo Brasil, seja bovina ou suína. Não dá para conviver com essa história de cortar todo o dinheiro da defesa agropecuária.

Capiberibe quer esclarecimento sobre embargo à soja brasileira pela China

A responsabilidade pelo embargo de soja brasileira pelos chineses deve ser totalmente esclarecida, exigiu, em discurso no Plenário, o senador João Capiberibe (PSB-AP). Ele afirmou que, mesmo antes da proibição imposta pela China, muitas cooperativas do Rio Grande do Sul recusaram-se a comprar soja de vários produtores inescrupulosos exatamente porque ela continha sementes tratadas com agrotóxicos.

Capiberibe leu artigo do ex-secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul (governo Olívio Dutra), José Hermeto Hoffmann, no qual este denuncia que as sementes de soja contaminadas com fungicida que provocaram a recusa de vários carregamentos do produto para a China – gerando prejuízo de US\$ 1 bilhão ao país – são, na verdade, sementes com veneno destinadas ao plantio, mas que foram criminosamente mistura-



Geraldo Magela

DENÚNCIA João Capiberibe cita artigo de ex-secretário que revela prática criminosa

das às sementes colhidas.

A causa, segundo o artigo citado, foi o fato de o governo federal ter proibido o plantio de soja transgênica no início de 2003, forçando os produtores a adquirirem sementes convencionais. Pouco depois, no entanto, foi liberado o plantio de mais uma safra de soja modificada. Os produtores, então, adquiriram sementes geneticamente modificadas e alguns deles, inescrupulosos, misturaram as sementes com fungicida à co-

lheita, num ato criminoso, salientou.

O texto lido por Capiberibe diz haver outros responsáveis pela mistura, além dos produtores inescrupulosos: “as lideranças que estimularam o plantio ilegal, que venderam facilidades, que iludiram e enganaram os agricultores”.

Capiberibe criticou a postura do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, “que indiretamente imputou aos chineses a responsabilidade pelo retorno da soja”. Na versão do ministro, segundo Capiberibe, os chineses teriam agido como gangsteres, devolvendo o produto que compraram na alta e que recebiam quando o preço havia caído no mercado internacional. Para o senador, Roberto Rodrigues “não age com transparência ao não revelar o nome e o endereço do armazém onde foram encontradas sementes tratadas com fungicidas misturadas a grãos de soja destinados à comercialização”.



Genildo Magela

SOZINHO Tuma lembra que Ribeiro comandou a primeira travessia do Oceano Atlântico

Tuma faz homenagem a herói mundial da aviação

Já se encontra na Comissão de Educação (CE), para ser examinado em decisão terminativa, o projeto de lei de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que denomina "Comandante João Ribeiro de Barros" o aeroporto de Bauru, em São Paulo. Se aprovado, o projeto (PLS 181/04) seguirá para análise da Câmara dos Deputados, desde que não haja pedido para ser apreciado pelo Plenário do Senado.

Tuma informou que o projeto tem por objetivo homenagear um brasileiro que é considerado herói da aviação mundial. Em 1927, de acordo com o senador, João Ribeiro foi o comandante da primeira aeronave a realizar a travessia do Oceano Atlântico, independentemente do apoio logístico de embarcações. Somente 23 dias depois, com apoio do governo de seu país, observou, o norte-americano Charles Lindbergh atravessou sozinho o Atlântico Norte.

– João Ribeiro jamais se esqueceu de Jaú (SP), cidade em que nasceu, cujo nome foi dado ao hidroavião com que atravessou o Atlântico e para onde retornou para viver os seus últimos dias, onde morreu em 1947 – informou Romeu Tuma.



J. Freitas

LIMITES Demostenes: instrumento não poderá ser usado como forma de sanção

Mozarildo: educação pode evitar invasão da Amazônia

Senador pede à Câmara que vote PEC que destina recursos para 21 instituições de ensino da região

Ao manifestar sua preocupação com as ameaças de internacionalização da Amazônia, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez um apelo à Câmara dos Deputados para que aprove proposta de emenda à Constituição (PEC), já votada no Senado, destinando 0,5% do Orçamento Geral da União para as 21 instituições federais de ensino da região, entre universidades e escolas técnicas.

– A educação é um instrumento poderoso para dotar os habitantes da Amazônia de condições de se defender, eles mesmos, da propaganda enganosa de ONGs inescrupulosas, trabalhando, ao lado do governo, Congresso e sociedade para afastar o fantasma da internacionalização da região – disse.



Rosairell F. Ribeiro

PERIGO Mozarildo diz que internacionalização da região não é "devaneio conspiratório"

Na opinião de Mozarildo, a preocupação com a cobiça internacional não é "devaneio conspiratório". Segundo afirmou, na faixa de 18 mil quilômetros que separa a Amazônia brasileira de seus vizinhos, já existem trechos onde não se pode circular livremente.

– Nessas áreas não há qualquer ingerência governamental, apenas o domínio de uma babel de índios, garimpeiros, guerrilheiros e traficantes internacionais que desconhecem a sobe-

rania brasileira – declarou.

Operação

O senador anunciou a realização, pelas Forças Armadas, nas próximas semanas, da edição 2004 da Operação Timbó, mobilizando 22 mil soldados numa área de 520 mil km², maior do que todo o território do Iraque, priorizando ações de vigilância das calhas dos rios e de controle e fiscalização dos transportes da região.

– O Brasil já demarcou 9 milhões de hectares para os índios ianomâmis e a Venezuela tomou iniciativa semelhante na fronteira comum. Bastaria haver uma movimentação internacional para unificar as duas áreas e, se valendo do fato de esses índios possuírem língua e costumes próprios, pretender criar um "Estado independente" – alertou.

Mozarildo assinalou que a sociedade, o governo e o Congresso brasileiros precisam se preocupar com a Amazônia de maneira ativa, para preservar a soberania brasileira na região.



Célio Azevedo

PREVENÇÃO Crivella afirma que consumidor não usa todo o medicamento que compra

Crivella sugere venda a granel de remédios genéricos

Medicamentos genéricos poderão ser vendidos a granel, de acordo com a quantidade prescrita pelos médicos. É o que determina projeto de lei de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) a ser examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. Se aprovado, o projeto (PLS 70/04) vai para análise da Câmara, desde que não haja pedido para ser apreciado pelo Plenário do Senado.

Apesar de reconhecer que os genéricos são vendidos a preços mais baratos do que os chamados remédios de marca, Crivella entende que alguns deles, como os antibióticos, pesam no bolso do trabalhador, razão pela qual defende a venda a granel dos medicamentos de acordo com a necessidade do consumidor.

Para o senador, a venda a granel também contribuiria para evitar o desperdício, já que, na maioria das vezes, os remédios adquiridos são em quantidade superior ao prescrito pelos médicos. No passado o Senado aprovou proposta similar, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que permite a venda a granel de medicamentos. Esse projeto se encontra em análise na Câmara dos Deputados.

Arthur Virgílio defende medidas enérgicas para combater narcotráfico

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que a advertência feita pelo presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, de que a bacia amazônica será destruída em duas gerações se o narcotráfico não puder ser contido, merece, no mínimo, uma reflexão "no sentido de medidas mais enérgicas para o combate ao tráfico de drogas".

Arthur Virgílio reproduziu as declarações de Uribe, feitas na 1ª Rodada de Negócios Brasil-

Colômbia, de que, em seu país, 1,7 milhão de hectares de selva amazônica já foram destruídos – uma área 11 vezes maior do que a da cidade de São Paulo. Segundo o senador, uma das apreensões do governo colombiano refere-se ao aumento da área de plantio de coca, que exerce efeito devastador sobre a floresta.

O senador disse ainda que existe, por parte da Colômbia, expectativa de apoio do Brasil à guerra contra o narcotráfico.



Genildo Magela

AMEAÇA Virgílio teme aumento da área de plantio de coca na região amazônica

Projeto de Demostenes regulamenta uso de algemas no país

O ordenamento jurídico nacional tem uma grave lacuna: a falta de regulamentação do uso de algemas. A constatação foi feita pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), que apresentou projeto de lei (PLS 185/04) para corrigir essa falha. A proposta, segundo o autor, leva em conta os requisitos de indispensabilidade do uso das algemas e o respeito aos princípios constitucionais da

presunção da inocência e da dignidade da pessoa humana.

– Vê-se com frequência os direitos fundamentais do preso serem afrontados, principalmente quando, sob o foco da mídia, são, sem qualquer necessidade concreta, usados como meio de propaganda policial ou política, e expostos pelo próprio Estado à curiosidade popular – disse Demostenes.

As algemas podem ser usadas nos seguintes casos: durante o deslocamento de preso que oferecer resistência ou houver perigo de fuga; quando a pessoa for presa em flagrante e oferecer resistência ou tentar fugir; quando, em audiência perante autoridade policial, houver receio de que preso de alta periculosidade possa perturbar a ordem, tentar fugir ou ameaçar a seguran-

ça e a integridade física das pessoas presentes; e quando julgado indispensável pela autoridade competente.

O projeto veda a utilização das algemas como forma de sanção ou quando o acusado se apresentar espontaneamente à Justiça. As irregularidades devem ser comunicadas ao Ministério Público para apuração da responsabilidade penal.